

Manifestações de integrantes de coletivos integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária sobre o PL 865

29 de abril de 2011

Índice das manifestações

OPÇÃO 1 – retirada das atribuições de ES do PL.....	2
BAHIA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	2
RIO DE JANEIRO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	3
RORAIMA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	4
PERNAMBUCO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	5
MARANHÃO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	6
CEARÁ (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	8
MATO GROSSO DO SUL (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	8
RIO GRANDE DO NORTE (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	10
ACRE (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	10
DISTRITO FEDERAL (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	11
SANTA CATARINA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	12
RONDÔNIA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	13
PARANÁ (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	15
AMAZONAS (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	16
GOIÁS (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	17
RIO GRANDE DO SUL (2 FÓRUMS REGIONAIS)	18
REDE DE ITCPS.....	19
ANTEAG.....	22
CÁRITAS BRASILEIRA.....	23
IMS.....	23
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC).....	24
FRENTE PARLAMENTAR DE SÃO PAULO E REDE DE ECONOMIA E FEMINISMO.....	25
REGIÃO CENTRO-OESTE: Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT.....	25
REGIÃO SUDESTE: ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO.....	27
REGIÃO SUL: MILITANTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ENCONTRO REGIONAL.....	27
REGIÃO NORDESTE: MILITANTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO.....	30
REGIÃO SUDESTE: BANCOS COMUNITÁRIOS DA REGIÃO.....	32
REGIÃO NORDESTE: Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste.....	33
REGIÃO NORTE: MILITANTES DE ECOSOL NO ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO.....	34
OPÇÃO 2 – alteração do nome da secretaria no PL	37
SÃO PAULO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	37
UNISOL.....	37

OPÇÃO 1 – retirada das atribuições de ES do PL

BAHIA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

NOTA DE REPÚDIO

FBaES - Fórum Baiano de Economia Solidária

No Brasil, o movimento de Economia Solidária vêm ganhando força, com a organização dos Fóruns Estadual e Brasileiro de Economia Solidária, integrando diversos atores que se articulam e buscam consolidar o tema de Economia Solidária como política estruturante, a partir de agendas comuns, de promoção de intercâmbios e de sistematização de conhecimentos e de saberes. Como conquista, o movimento tem conseguido implantar políticas públicas no âmbito nacional e estadual, com destaque para o fortalecimento em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, e em 2007, no âmbito do estado da Bahia, para a criação da Superintendência de Economia Solidária – SESOL na Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte – SETRE.

Na Bahia, em junho de 2003, participam deste processo de organização da Economia Solidária, cooperativas, associações, grupos informais, gestores públicos e entidades de apoio e fomento. Nestes anos, construímos conferências e plenárias municipais, territoriais e estaduais em diversos momentos, sempre interligadas ao movimento nacional de Economia Solidária.

Como resultado de todo esse esforço para o fortalecimento do segmento, a SENAES, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, realizou o Mapeamento dos Empreendimentos da Economia Solidária no país, em 2005 e em 2007. Dados preliminares do mapeamento apontam que, de acordo com a segunda etapa (2007), existem 21.834 empreendimentos no Brasil; destes, 47% estão localizados no Nordeste, e 1.611 no estado da Bahia, voltados principalmente para os setores da agricultura familiar, do artesanato, da produção de alimentos e da produção cultural. O mapeamento indica ainda que mais de 70% dos empreendimentos no Brasil foram criados entre os anos 1990 e 2002 e envolvem mais de um milhão de pessoas.

A Economia Solidária é uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano – e não no capital - de base coletiva, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade à reprodução ampliada da vida. Prezamos pela solidariedade, pela cooperação, pela participação, pela emancipação, pela democracia, pela autogestão, pela não exploração do ser humano e do meio ambiente, pela qualidade de vida, entre outros valores, de forma que qualquer atividade vinculada a ela deverá defender e priorizar esses valores. É com base nos princípios da Economia Solidária e nos seus valores que se assenta nossa manifestação contra o presente Projeto de Lei que “Altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências”.

A Economia Solidária baseia-se em lógicas distintas do capitalismo, em busca de espaços alternativos que contribuam para a articulação do movimento através da troca saberes e experiências, desta forma, consideramos um contracenso e repudiamos o Projeto de Lei no 865 de 31 de março de 2011, que propõe à inserção das atribuições da Economia Solidária junto à

criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa. Partindo do pressuposto que, os empreendimentos de economia solidária não são “instrumentos comerciais” disponíveis no mercado convencional, e que, a valorização da vida e o bem estar encontra-se acima de tudo, julgamos a condução deste Projeto de Lei irresponsável.

O Projeto de Lei não atende aos anseios do Movimento de Economia Solidária da Bahia, nem a reivindicação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de acordo com as demandas apresentadas na II Conferencia Nacional de Economia Solidária. Desta maneira, reivindicamos a criação do Ministério da Economia Solidária como indicado pela II Conferência Nacional de Economia Solidária.

Fórum Baiano de Economia Solidária
Fórum Soteropolitano de Economia Solidária
Segunda-feira, 11 de Abril de 2011.

RIO DE JANEIRO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

De: sonia braz <sobraz01@yahoo.com.br>
Data: Segunda-feira, 11 de Abril de 2011, 21:53

Olá Companheirada da ECOSOL, desculpe-nos mas só consegui colher a opinião da Coodenação Nacional/RJ do FBES, agora. Todas nós: Rita (Assessoria PACS), Ivanir (Empreendimento) e Sonia Braz (Empreendimento), consensuamos que: A P.1-Solicitamos que sejam retiradas das atribuições da PL.865/11, que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, a Economia Solidária. Mais especificamente a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e o CNES (Conselho Nacional de Economia Solidária), devem se manter no MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Apesar da minha posição ser ratificação, mas finalmente!!! A posição das pessoas que se diziam da Economia Solidária começou a ser revelada, só estavam entre nós, porque tiveram que adiar o golpe da IV Plenária (que ficou só na tentativa) até articularem nesta nova conjuntura que ao que tudo indica está favorecendo aos golpistas. Vale a pena ressaltar, que além da Coordenação Nacional do FBES/RJ, esta é a posição da maioria absoluta da militância consultada da ECOSOL/RJ. Desejamos Boa Sorte a todos vocês amanhã nas duas agendas, gostaria muito de estar com vocês, mas não deu, Esperamos que o melhor aconteça pois acreditamos na Justiça Divina ...Vamos que Vamos!!!

De: Antonio Vieira <anoscarvieira@gmail.com>
Data: 12-04-2011 09:32:57

Amig@s

O Fórum de Cooperativismo Popular, instância de organização estadual do movimento da economia solidária do Rio de Janeiro, defendeu e ajudou a aprovar na II CONAES a proposta da criação do Ministério da Economia Solidária.

As instâncias nacionais do movimento da ECOSOL, buscam que as propostas da II CONAES sejam

encampadas pelo governo. Caso não seja possível o Ministério, se defende a criação de uma Secretaria Especial de Economia Solidária. Se isto também não for possível, penso que é melhor fortalecer o espaço que a SENAES vem construindo dentro do Ministério do Trabalho.

O que não podemos aceitar é que na estrutura do governo federal os trabalhador@s da economia solidária sejam confundid@s com micro e pequenos empresários. O PL 865 é uma proposta que afronta a nossa identidade como movimento comprometido com uma nova economia, sendo portanto inaceitável.

Antonio Oscar

RORAIMA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

NOTA PÚBLICA

O FÓRUM RORAIMENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA através da sua coordenação nacional vem a público reafirmar o compromisso da defesa incessante da implantação do Ministério da Economia solidária ou de uma Secretária Especial, esta defesa se fundamenta nas propostas política dialogado como o movimento de economia solidária através da II CONAES, que mobilizou milhares de pessoas em todo o Brasil, num debate de colocar a economia solidária no centro do planejamento e, conseqüentemente das políticas de desenvolvimento estruturante para o Brasil. Afirmamos que nos últimos anos a economia solidária vem se consolidando em transformar também empreendimento que antes se baseavam no sistema capitalista em empreendimento autogestionários, e outros tantos que iniciaram suas atividades pensando nessa nova relação econômica e outras que já tinha a praticavam e continuam a praticar a econômica solidária.

Além disso, na atual conjuntura política para erradicar a pobreza, a economia solidária é uma forma de gerar trabalho e renda com desenvolvimento sustentável, apresentando seu modelo de produção e consumo, trazendo novos valores para todos que acreditam em uma sociedade a onde o ser humano tem valor.

Repudiamos como PL 865 foi criado, sem consulta ou dialogo com os atores da ECOSOL, principalmente com os empreendimentos econômico solidários, os principais atingindo por essa falta de respeito e descaso, pela luta e pela escolha de trabalhar de forma cooperada e solidária, o movimento já é uma realidade em nosso País, então, queremos que respeitem as opiniões de milhares de pessoas envolvidas, que são trabalhadores e trabalhadoras cansados (as) de serem excluídos (as), de uma economia que beneficia principalmente as pequenas, medias e grandes empresas do sistema capitalista.

Queremos uma política pública que atenda os empreendimentos econômicos solidários que vem na contra mão do capitalismo, com toda sua forma de pensar a sustentabilidade da vida e principalmente da vida do homem.

Diante disso, é preciso que estejamos na agenda das discussões políticas e econômica do país, está em uma Secretária Especial de Micro e Pequenas Empresas é negar tudo que acreditamos e em tudo que já conquistamos, temos o maior respeito por outra forma de economia e pelas leis que foram implantadas sem o dialogo com a sociedade, como por exemplo o EI, mas queremos ser respeitados pelas pessoas que nos representa seja Presidenta, senadores, deputados e etc...

Por fim e por tudo citado a cima, sugerimos e reafirmamos as deliberações da II CONAES, que se crie um Ministério da Economia Solidária ou que também se crie uma Secretaria Especial, não concordamos e queremos dialogar sobre o assunto, também não concordamos que as instancias

institucionais da economia solidária (SENAES E CONSELHO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA fique em uma sub-secretária da Secretária especial de Micro e Pequena Empresa.

Atenciosamente

Coordenação Nacional – Fórum Roraimense de Economia Solidária

PERNAMBUCO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

RESPOSTA DE PERNAMBUCO

O Fórum Pernambucano da Economia Popular Solidária, no limite do tempo disponível, usando alguns recursos tecnológicos disponíveis, ouviu alguns de seus membros e discutiu em petit comitê a 11.04.2011, definindo uma posição por Pernambuco identificada integralmente com a alternativa 1, qual seja:

solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa

Ponderamos, a título de justificativa, três pontos:

a) o movimento, seja no âmbito do Estado de Pernambuco, seja em âmbito Nacional, mobilizou-se com vistas às duas Conferências Nacionais de Economia Solidária e na última delas explicitou a vontade de se ter no Governo do País um Ministério da Economia Solidária. Tal vontade não é contemplada no PL 865.

b) Concretizado o PL 865, a Economia Solidária possivelmente restringir-se-á a uma divisão, seja mesmo um departamento, sem poder e sem orçamento.

c) Todas as discussões acumuladas parecem indicar uma identidade da ECOSOL com o mundo do trabalho mesmo quando ressaltada a sua dimensão econômica que enfatiza a geração de trabalho e renda, mesmo aí seu maior capital e finalidade são a capacidade de trabalhar e a reprodução da vida. Assim, ela parece deslocada em ambiente institucional que está voltado para o fortalecimento das iniciativas centradas na finalidade da produção e reprodução do capital, através do mecanismo do lucro ou da mais-valia.

Além disso, outras reflexões podem ser adicionadas:

Sem dúvida, é preferível manter o espaço próprio já conquistado, por menor que seja, e ir ampliando a partir do crescimento da organização e da consciência dos empreendedores da economia popular solidária. A mistura com a Secretaria das MPE não irá contribuir para avanços do ponto de vista da economia solidária como base de uma outra sociedade possível. Agora, se pensar a economia solidária apenas de um ponto de vista economicista, que parece não ser o pensamento dominante no nosso movimento de Economia Popular e Solidária, valeria a pena estar na mesma Secretaria, uma vez que as MPE têm obtido importantes conquistas do ponto de vista da redução da carga tributária, da desburocratização, da participação em compras governamentais, etc. Então, somos pela alternativa da autonomia e da independência da Ecosol em vista da superação do capitalismo, mantendo-a, institucionalmente no Governo Brasileiro como está, e não de torná-la apenas um apêndice do sistema.

Portanto, defendemos a primeira possibilidade ao reafirmarmos nossa força e nossa identidade enquanto movimento organizado da Economia Solidária e de lutarmos por um lugar específico da Economia Solidária no governo federal de nosso país. Conquistamos avanços, aprendizagens e temos muito a contribuir na consolidação do enfrentamento para a erradicação da pobreza no país com ações emancipatórias e proposta concretas. Há muitos interesses dos vários ministérios nos nossos acúmulos. Com certeza, estamos em outra conjuntura política, diferente daquela em que foi

criada a SENAES e os FBES, que devem ser mantidos e consolidados, e até por isso, convém estarmos atentos aos interesses que estão movendo o PL 865, certamente interesses mais identificados com a lógica empresarial e de mercado.

MARANHÃO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

NOTA DO FÓRUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MARANHÃO *

A economia solidária é uma forma de trabalho associativo que vem se constituído em função da organização de vários setores da sociedade que acreditam numa forma diferenciada de produção, consumo, relações sociais e relação com a natureza.

Não se busca uma inclusão nos moldes capitalistas; a autogestão está no processo produtivo de comercialização e da construção de conhecimento, na perspectiva dos (as) trabalhadores (as), onde se supera relações de exploração, poder e subserviência.

É nessa linha que vem se pautando a intervenção e luta dos (as) companheiros (as) que têm contribuindo com a construção de espaços como os fóruns municipais, regionais, estaduais (FEES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), onde se agrega representação dos grupos produtivos, organizações/entidades de apoio e setor público.

Os grupos produtivos solidários e suas inúmeras articulações em rede constituem grande representação, tanto em termos quantitativo (número de trabalhadores/as) quanto qualitativo, em sua participação na produção de riquezas do país. Esses grupos estão tanto na zona rural, quanto urbana e têm sido fundamental na busca de um maior equilíbrio sócio-econômico, em contraponto à lógica excludente do sistema capitalista.

No Governo Lula, como resultado das demandas dos diversos atores da economia solidária, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho, que conseguiu avançar em alguns programas e projetos para uma organização estrutural mais propícia à organização desses (as) trabalhadores (as) - ainda que de maneira tímida, diante das conhecidas dificuldades estruturais e as vezes, de entendimento com os segmentos organizados da economia solidária. Nessa relação o movimento esteve muito mais atendendo às demandas do Governo do que o contrário.

Apesar da maior parte dos segmentos organizados de economia solidária sempre ter apoiado os oito anos do Governo Lula e tê-lo fortalecido, inclusive eleitoralmente, esse fortalecimento foi de via única, dada a ausência de atitudes que sinalizassem algum apoio as demandas para o fortalecimento das políticas existentes e falta de apoio na construção de uma marco regulatório para a economia solidária firmar-se enquanto política pública (ou seja, para além de uma “política de governo”) no âmbito do governo federal. Outro sintoma deste apoio “unilateral” foi o desprestígio que passamos nas negociações ocorridas na chamada “transição” e nossa vulnerabilidade na atual correlação de forças no âmbito do Governo Dilma (sucessora de Lula).

Desde a II CONAES até o início do seu Governo, o movimento se articulou na luta pela

criação de um Ministério de Economia Solidária ou, no mínimo, uma Secretaria Especial vinculada a Presidência da República. Sabíamos das dificuldades disso por conta da opção de projeto de desenvolvimento deste governo que praticamente nada muda em relação ao modelo de desenvolvimento vigente. Porém, a surpresa foi bem maior, quando, em uma manobra feita na surdina, excluindo todos os atores interessados, saiu o Projeto de Lei 865, que prevê, não apenas a desintegração da SENAES e repasse de suas atribuições para a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, mas também a colocação da economia solidária em uma posição de apêndice a lógica do capital.

Este não é e nunca será o nosso lugar! No nosso entendimento essa proposta descaracteriza totalmente a lógica e dinâmica próprias da Economia Solidária, que não objetiva formar microempresários, mas fortalecer o trabalho associado, autogestionário, enfim trabalho emancipado, que dê condições pra autodeterminação de uma imensa parcela da população brasileira - ávida para por em prática e mostrar sua diversidade, criatividade e pró-atividade - na construção de SEUS sonhos e caminhos; para mostrar que outras relações de trabalho e de relação com a natureza, diferentes das prioridades propostas pelo atual governo, existem e podem ser potencializadas.

Dessa forma, considerando o quadro atual, precisamos fortalecer a luta pela retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa e a manutenção da SENAES no Ministério do Trabalho, apesar de todas as precariedades, pois, ao menos, aponta para a identidade de trabalhadores (as) e para a manutenção e valorização dos espaços de diálogo e qualificação das políticas já existentes, inclusive na sua relação com outros ministérios que vem sendo parceiros no processo. Entendemos que essa é a única alternativa que temos no momento, uma vez que o governo não demonstra nenhum interesse na criação de um Ministério ou Secretaria Especial de Economia Solidária e muito menos qualquer afinidade e respeito com seus militantes.

Sucumbir à lógica de micro e pequena empresa deixa de ser uma ação pragmática para ser uma ação de capitulação, total perda de construção estratégica, para sobreviver na briga patética de migalhas do recurso público. Grupos produtivos e entidades de apoio, em sua trajetória de luta, nunca dependeram de “governos” para existir; mas não podemos deixar que destruam nossas conquistas; não negociaremos o pouco que conseguimos construir no campo das políticas públicas a troco da manutenção de “espaços” de diálogo artificiais, sem alma, sem eco para a nossa proposição maior, que é colocar a Economia Solidária no centro do debate sobre o projeto de desenvolvimento deste país.

Não queremos ser a “representação da sociedade civil”, que legitima e homologa, de forma subordinada, políticas e “pacotes” voltados em uma suposta eliminação da pobreza extrema baseada em políticas sociais (e somente “sociais”) inofensivas aos interesses nefastos das elites em sua sanha pela acumulação de capital. Não deixaremos que documentos, como o produzido em todo o processo da II CONAES, sejam simplesmente desconsiderados e jogados no ostracismo, por supostos “representantes” políticos que fazem o jogo sujo da articulação “por cima”, nos suntuosos ambientes palacianos. Estas pessoas agem às escondidas, aproveitando-se, covardemente, da sua maior facilidade de acesso (pelo menos em relação a nós) para “passar na nossa frente” e negociar com os poderosos/as, falando em nosso nome, descaracterizando nossos reais anseios, nossa identidade enquanto ator político. Mas a história os colocará em seu devido lugar, pois a economia solidária não se deixará instrumentalizar ou se transformar em massa de manobra para a defesa de interesses escusos.

Nossa identidade é nossa força!
Nossa luta é nossa dignidade!

Nosso sonho: uma sociedade justa e solidária!

São Luis, 12 de Abril de 2011

FORUM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MARANHÃO - FEESMA

*** Esta nota foi elaborada a partir do conteúdo dos debates ocorridos na realização de atividade de Avaliação e Planejamento (mais especificamente na pauta “Conjuntura Nacional”), ocorrido reunião do Coletivo de Formadores em Economia Solidária e membros da Coordenação do FEESMA realizada nos dias 08 e 09 de Abril em São Luis/MA**

CEARÁ (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

De: Reginaldo Figueiredo <reginaldo.poeta@yahoo.com.br>

Data: 11-04-2011 18:28:36 (Mon, 11 Apr 2011 14:28:36 -0700 (PDT))

Olá pessoal.

Em nossa reunião da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, discutimos bastante, e optamos pela primeira e estamos nos mobilizando em nosso estado para também fazermos pressão. Formamos uma comissão que esta encaminhando uma audiência pública, convocando os deputados que fazem parte das frentes parlamentares em nosso estado e os simpatizantes.

Saudações solidárias,
Reginaldo Figueirêdo
RCSES Ceará

MATO GROSSO DO SUL (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

Campo Grande, 11 de abril de 2011

NOTA DO MOVIMENTO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

Diante da consulta realizada pela Coordenação Executiva do FBES, quanto à estratégia de negociação junto aos parlamentares e os membros do governo Dilma, em relação ao PL 865, nós membros da Coordenação Nacional, em nome do Fórum Estadual-MS e demais entidades, após consultar os três seguimentos que compõem o movimento em nosso estado, vimos afirmar nossa posição, após discussão sobre o contexto e as possibilidades de atuação do Movimento de Economia no atual momento político, nos posicionamos de forma contundente pela opção nº 1, ou seja:

- Que a Coordenação Executiva e Secretaria Executiva do FBES devem negociar junto ao governo Dilma, bem como, junto aos parlamentares que seja retirada do PL 865 tudo que se refere às atribuições da Economia Solidária (SENAES e Conselho Nacional da Economia Solidária - CNES) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, Secretaria esta, que reconhecemos como conquista de um setor importante na sociedade brasileira, que vem contribuindo com a geração de emprego e renda de muitos brasileiros e brasileiras, mas que tem uma lógica diferenciada da Economia Solidária e que, portanto, não deve estar no mesmo espaço institucional da Economia Solidária.

Consideramos que a Economia Solidária é parte de uma estratégia de desenvolvimento, baseada em princípios e valores de autogestão e democracia econômica que, embora conviva e tenha como parceiras outras formas de empreendedorismo popular não pode estar subordinada à lógica da Micro e Pequena Empresa. Reafirmamos com isso a decisão da II CONAES, da necessidade da criação do Ministério da Economia Solidária.

O ponto central é que o modelo difundido pela Micro e Pequena Empresa, na lógica do Empreendedorismo, propõe a criação, no nosso entendimento, de alternativas para a geração de emprego e renda que não rompem com as relações convencionais de produção e distribuição dos resultados do trabalho, reproduzindo a lógica da exploração, da centralidade do capital e da geração de lucro, pelo lucro

Enquanto a Economia Solidária propõe a criação de alternativas de desenvolvimento local sustentável, baseada na melhor qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente onde estão inseridas, tendo, portanto, sua centralidade na VIDA.

A Economia Solidária é hoje uma realidade no Brasil, segundo dados levantados pelo próprio governo federal, através do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária - SIES e precisa ser respeitada e encaminhada pelo Governo Dilma, através da criação de políticas públicas voltadas para esta parcela da população que vem gerando trabalho e renda a milhares de famílias. Contribuímos, enquanto movimento de economia solidária, no país e em nosso estado com a eleição deste governo, acreditando dar continuidade a um governo popular, e, sobretudo, pela primeira vez colocando à frente do País, uma mulher que merece todo nosso respeito, mas que precisa também, como governo popular, respeitar os espaços de construção coletiva conquistadas, sobretudo, nos últimos 08 anos do governo Lula, e atender as demandas do povo, dentre elas a Economia Solidária. Em nosso estado, os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES estão organizados em diversos Núcleos de Base, espalhados em comunidades urbanas e rurais; indígenas e quilombolas e, em 04 Fóruns Municipais, 01 Fórum Regional e no Fórum Estadual de Economia Solidária, espaços estes que permeiam os Territórios da Cidadania e outras políticas do governo federal.

Temos uma experiência de uma Central de Comercialização de Economia Solidária do MS, em parceria com o governo do estado, que envolve 63 EES de 25 municípios do estado, que vem contribuindo com a geração de trabalho e renda a aproximadamente 1.300 pessoas, provando que com o mínimo de investimento é possível propiciar melhor qualidade de vida as pessoas e com a Erradicação da Pobreza Extrema.

Com base em consultas realizadas as nossas bases e nestas afirmações é que reafirmamos o apoio a Nota Pública do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) de 01/04/2011, e nos dispomos a continuar contribuindo com a articulação e mobilização do Movimento em nosso estado e no país.

Atenciosamente,

Coordenação Nacional do Fórum Estadual de Economia Solidária do MS
Coordenação Estadual e Executiva do Fórum Estadual de Economia Solidária do MS

RIO GRANDE DO NORTE (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

De: Lidiane Freire de Jesus <lidianefreire@gmail.com>

Data: 11-04-2011 20:38:10

Posicionamento da representação do FPES/RN diante da PL 865

Desde da última quinta, onde tivemos reunião da executiva do FPES, sendo reforçado no último sábado com essa mobilização, venho dialogando com militantes da economia solidária potiguar sobre o processo em curso.

Confesso que a ausência de tempo para amadurecer os pensamentos e as tomadas de decisões dificultam e nos engessam, porém necessitamos de urgência.

Conseguimos alguns posicionamentos na lista local do FPES que reforçam a necessidade de respeitarmos as deliberações que vem sendo construídas desde a I CONAES, IV Plenária do FBES, culminando e amadurecendo na II CONAES em 2010. Lembrando que foram processos bem representativos, mobilizado por todo País. O contrário disso significa não legitimar toda construção coletiva em prol do fortalecimento da economia solidária enquanto projeto político, social, emancipatório e econômico pra sociedade.

Diante do contexto entendemos que a única saída é manter a primeira proposta: (1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

Nos mostramos com sentimento de indignação diante dos desdobramentos e da falta de diálogo com o movimento da economia solidária do Brasil.

Um abraço

Coordenação do FPES.

ACRE (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

Reunião Extraordinária do Fórum Estadual de ECOSOL - 11 de Abril de 2011

Local: Auditório da UMARB

Objetivo da Reunião: Responder as 02(duas) questões enviadas para o Fórum Acreano sobre a PL 865/2011 de 31 de Março de 2011.

Organizações Envolvidas:

Rede de Educação Cidadã – RECID; Bancos Comunitários; Fórum Acreano de ECOSOL; Coordenação Nacional; Instituto Capital Social; FBES; Coordenadoria Municipal de ECOSOL – COMTES; Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS; Cooperativa COOPERMÓVEL; Cooperativa COESA; Associação Buriti da Amazônia; Associação Sementes Vivas; Associação NEMO; Representações de vários seguimentos de empreendimentos econômicos solidários.

O Fórum Acreano se reuniu em uma reunião extraordinária para se posiciona em defesa da criação da Secretaria Especial de Economia Solidária, e contestar com a postura do Dep. Federal Sibár Machado, diante do pedido de urgência a PL 865, deputado este que os ES apoiaram sua candidatura, assim depositando a confiança deste na ECOSOL do Acre, foi frustrante para os ES do Estado do Acre, vamos fazer um documento repudiando a sua postura.

O Fórum Acreano afirma que as deliberações da IV Plenária e da II CONAES (Conferência Nacional de Economia Solidária) que teve participação de muitos atores, fazendo proposta de grande importância para o movimento com a ECOSOL na criação do Ministério de Economia Solidária, assim fortalecendo o movimento dentro das políticas de desenvolvimento do Brasil. A economia solidária vai muito além de uma secretaria de Micro e Pequena Empresa conforme colocado no PL 865/2011. Esta que foi construída sem diálogo com o movimento de economia solidária, faltando com respeito desvirtuado todos nossos princípios e valores.

Lembramos do processo de eleição do segundo turno da presidenta Dilma, onde o FBES se posicionou mostrando a cara para o Brasil, apostando em seu governo.

Por isso o Fórum Acreano vêm afirmar que o primeiro item será uma das estratégias de diálogo com a presidência da República.

Por consenso de todos (as) após várias falas significativas, discussões e muita reflexão nos possibilitou a chegar a um denominador comum, o coletivo acredita que a primeira pergunta condiz com nossas expectativas e reafirma a proposta política de economia solidária.

1) Solicitar via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

Companheiros dos Fóruns Estaduais, que neste momento que nos unamos, pois a força nós temos só precisamos saber usar no momento certo e na hora certa e este é o momento, estamos para o diálogo, mais se caso não haja um consenso no que condizem nossos anseios, somos um movimento que pelo visto muito passivo, então avançamos pra cima e fazer pressão junto a Presidência da República para que escute nosso grito de luta por um mundo melhor, defendendo nossa identidade.

Fórum Acreano de Economia Solidária

Rio Branco Acre, 11 de Abril de 2011.

DISTRITO FEDERAL (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

De: Paulo Henrique de Moraes <paulosolidario@yahoo.com.br>

Data: 12-04-2011 00:54:01 (Mon, 11 Apr 2011 20:54:01 -0700 (PDT))

Comp@s

A Coordenação do Distrito Federal e Entorno

(1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa.

O movimento de Economia Solidária não é contra a Micro e Pequena empresa, mais estamos reafirmado o papel, que cada um tem dentro da Sociedade, a Economia Solidaria tem a dimensões do desenvolvimento

01) Ambiental

02) Economico

03) Político

04) Social

05) Cultural

A proposta de Desenvolvimento com vida de qualidade, com dignidade passa pela distribuição de renda de forma justa.

Paulo Henrique de Moraes

Alex Freis

Olena Valente

SANTA CATARINA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

Santa Catarina, 11 de abril de 2011.

O Fórum Catarinense de Economia Solidária – FCES convocou na data de hoje os membros da Coordenação Executiva, para uma reunião virtual, em caráter de urgência com o objetivo de discutir e manifestar seu posicionamento sobre o Projeto de Lei 865, apresentado pelo governo que transfere o lugar institucional da Política Pública Nacional de Economia Solidária, a atual Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES para a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, a ser criada pelo PL 865.

Este Projeto de Lei foi elaborado ouvindo apenas uma pequena parcela do Movimento de Economia Solidária desconsiderando os principais atores como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Fóruns espalhados pelo país.

Nós, do Fórum Catarinense, entendemos que a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para se viver, sem exploração, fortalecendo os grupos, trabalhando a autogestão, a cooperação, emancipação e centralidade do ser humano, justiça social na produção, valorização da diversidade, cuidado com o meio ambiente e especialmente a democracia e o diálogo.

O Fórum Catarinense de Economia Solidária, ouvindo suas bases, manifesta ser favorável a alternativa 1: “Solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e CNES) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa” - PL 865.

“Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”

Coordenação Executiva do Fórum Catarinense de Economia Solidária

RONDÔNIA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

NOTA do FRES/RO

Queremos apresentar o posicionamento do FRES/RO, que abrange o entendimento da Coordenação Nacional e Estadual do FRES, Coletivos de Economia Solidária presentes no Estado, opiniões emitidas pelos 03 (três) segmentos (EES, EAF e PPES), antecedida e pautada nas deliberações da II Conferência Estadual da Economia Solidária em Rondônia, no processo preparatório à II Conferência Nacional de ES. Posteriormente reafirmado pela representatividade das Unidades Federativas do BRASIL e DF nesta mesma II CONAES.

Nosso compromisso é com a defesa da implantação de um espaço ampliado para a Economia Solidária no Governo Federal. Que seja elevada ao patamar de Ministério, na impossibilidade deste espaço, que seja uma Secretaria Especial de Economia Solidária, pois também entendemos que não precisamos ser inflexíveis.

Portanto nossa defesa ao item 1.

Fazendo análise do PL 865, não sentimos que a Economia Solidária esteja contemplada na sua diversidade nesta proposta e que será um retrocesso para nós a aprovação da mesma com a atual redação e com o atual entendimento. A aprovação deste PL, além de minimizar o avanço da política da Economia Solidária, um segmento que garante milhares de postos de trabalho, que atende ao mercado e estimula o consumo de forma diferenciada e constrói a sua luta pautada nos princípios da autogestão, democracia, preservação ambiental e cultural, vem a ser um contracenso com os princípios (fomentados pelo governo LULA) que norteiam a própria estratégia de ECOSOL. Ao ler a PL, sentimos que estão associando o Cooperativismo à Economia Solidária para justificar a incorporação, o que é um equívoco, pois não somente por cooperativas são formados os empreendimentos de economia solidária, os grupos informais, clubes de trocas, as diversas formas de empreendimentos, redes, cadeias produtivas, onde ficam? Existem milhares de COOPERGATOS espalhadas por este Brasil afora, que são empresas disfarçadas de Cooperativas. A Lei do Cooperativismo como está, já não traduz a realidade dos empreendimentos em nosso País, seja nos critérios da formulação ou na abrangência dos negócios, ou nos órgãos que as regulamentam. Isto ainda continua engavetado e ninguém mexe.

Entendemos que a PL 865 não garante a consolidação da nossa plataforma para o desenvolvimento de forma sustentável e solidária, coloca o mercado e a produção como centralidade, enquanto entendemos que a pessoa humana e o trabalho devem ser a égide para a construção de um mundo melhor, com mais equidade, com distribuição de renda.

Se o rumo da política pública de Economia Solidária cada vez mais funcionar como um braço do sistema capitalista colocando-a na mesma panela dos processos construídos para a lógica de mercado selvagem, teremos aí o total distanciamento do ideal de um novo modelo sistêmico de desenvolvimento que se contrapõe a exploração do trabalho escravo, a exploração ambiental, a dizimação de povos e culturas, as guerras, entre outros aspectos.

Entendemos que no mesmo passo da erradicação da miséria, deverá existir a dizimação da extrema riqueza, da exploração. Todas as pessoas devem ter acesso aos bens, devem ter acesso ao conhecimento, a elevação moral, todos/as devem ter direito ao bem viver. A acumulação de capital estimula a corrupção, as lutas, ao domínio (de terras, de bens, do conhecimento etc).

De outro lado garantir direitos ao micro ou ao empreendedor individual (EI) pode ser uma estratégia para a Economia Popular, que é um direito destes trabalhadores/as, além do que garante a ampliação das fontes de arrecadação para o Governo. Mesmo com esta perspectiva, não existem garantias de que estas iniciativas sobrevivam, por conta de uma lógica selvagem do mercado. Neste sentido, até mesmo para o EI a Economia Solidária pode se tornar uma estratégia emancipatória que poderá romper com o seu isolamento e garantir o desenvolvimento de inúmeras iniciativas, se tivermos em conta os processos de redes de cooperação por exemplo.

Entendemos que um espaço para micro e pequenos empreendedores pode até existir, porém reafirmamos que ele não atende todas as dimensões da Economia Solidária.

Também é um equívoco que a erradicação da pobreza se pautar apenas pela criação de novos empregos, mesmo que de forma associada. Na economia solidária temos a diversidade de pessoas que nunca entraram na lógica do trabalho formal, especialmente quando falamos de povos e comunidades tradicionais. A garantia de direitos à vida, à liberdade, à expressão, entre outros, vai para além desta lógica, portanto é imprescindível o apoio, reconhecimento e a oportunização do trabalho solidário, das relações econômicas solidárias (Economia Solidária).

Nosso movimento além da experiência dos povos e comunidades tradicionais, vem do movimento operário, da luta no campo, de homens e mulheres, da juventude, de luta pelo socialismo, que agora encontra uma nova forma e mais compreensível e eficaz de se manifestar. Desta maneira, impossível dialogar com uma lógica capitalista de mercado, de relação de trabalho subalterno, de estratificação, de produção.

Não considerar este acúmulo de milhares de trabalhadores/as de empreendimentos solidários urbanos e rurais, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que é constituído a partir de representatividades estaduais, de redes e organizações nacionais ao construir esta PL 865, sem consulta ou o mínimo diálogo só pode ser encarado como falta de respeito e descaso.

Nós da Economia Solidária, botamos nossa cara na rua para eleger o Governo Dilma Rouseff, fizemos mobilizações, atos, reuniões, por entender que este governo seria a continuidade de um governo popular e de diálogos com movimentos sociais.

Não cansamos de dizer que queremos uma política pública que atenda os empreendimentos econômicos solidários em todas as suas expressões, que garanta o desenvolvimento sustentável.

É preciso que estejamos na agenda das discussões políticas e econômicas do país de forma aparente e articulada. Estarmos obsoletos em uma Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas é negar tudo que acreditamos e tudo que já conquistamos, especialmente nos últimos 08 anos de governo.

Por fim e por todos os atos, queremos e reafirmamos as deliberações da II CONAES, que se crie um Ministério da Economia Solidária ou que também se crie uma Secretaria Especial.

Solicitamos que seja retirada, conforme previsão no PL 865, as atribuições da SENAES e CNES de dentro da SEMPE, especialmente por conta da forma como está tratada a ES neste contexto e que seja garantido pelo Governo Federal um espaço de articulação e visibilidade da Economia Solidária na estrutura de Ministério.

Atenciosamente

Representação Nacional, Estadual e Coletivo de Economia Solidária
Fórum Rondoniense de Economia Solidária

PARANÁ (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

A consolidação da Economia Solidária no Brasil, ainda depende da criação de uma Política Pública, que congregue os aspectos legais e sociais, essenciais para a construção dessa alternativa de desenvolvimento. Pois, sem dúvida, é isso que a Economia Solidária representa.

O sonho de transformação da sociedade é, talvez, a mais sincera justificativa de quem se debruça sobre as possibilidades da Economia Solidária, associada é claro, a indignação perante as injustiças sociais e a fragilização dos seres humanos, imposta pelo paradigma capitalista neoliberal.

Vivenciar uma realidade onde não exista miséria, onde cada família, seja ela urbana ou camponesa, possa ter seus direitos plenamente respeitados, pode ser caracterizado como utopia, e aqui o termo utopia tem o caráter de sonho possível, não somos utópicos, acreditamos no sonho possível quando lutado em conjunto.

No contexto atual da sociedade brasileira, o qual apresenta um grande aceleração da desigualdade social e econômica, de fragmentação social, de intolerância e de racismo, mesmo com muitas iniciativas para um possível enfrentamento dessa realidade pelo Estado e sociedade civil organizada, e também de uma luta de décadas dos trabalhadores e trabalhadoras pela própria sobrevivência, a Economia Solidária se apresenta como ferramenta indispensável, como processo consistente, e como realidade para milhares de trabalhadores e trabalhadoras, organizados em associações e cooperativas, é por esses que lhes escrevo hoje.

O Fórum Paranaense de Economia Solidária – FPES, não apoia o PROJETO DE LEI 865/2011, que transfere o CNES-Conselho Nacional de Economia Solidária e a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, para uma Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que por si só já fere e contraria todos os princípios da Economia Solidária, bem como é um PL construído sem diálogo com os atores, e somos milhares, envolvidos no processo de consolidação da Economia Solidária desde o início dos anos 1990 do século passado.

Julgamos ser um retrocesso na nossa luta admitirmos integrar uma secretaria de micro e pequenas empresas. Foram muitos os esforços para nos diferenciarmos desta lógica, e agora não há como compartilhar o mesmo lugar institucional.

O FPES entende que a discussão deve ser levada à toda a sociedade brasileira, para que conheça realmente os interesses que estão em jogo em se aprovar uma lei desse porte. Quando se encaminha um Projeto de Lei para que seja aprovado às escuras sem discutir com os maiores interessados, torna seus usuários de menor importância. Queremos a reação contra tal atitude. Por isso repudiamos tal PL 865, e pedimos já uma movimentação no sentido de que seja criada uma Secretaria Especial de Economia Solidária com todas as suas necessidades, e assim tenhamos uma política realmente voltada à Economia Solidária.

Não somos contra em momento algum na criação de uma Secretaria de Micro Empresas, afinal as lutas devem ser respeitadas, contudo, não concordamos em integrá-la como se fossemos parte de um processo de micro empreendedorismo.

O nosso desafio é maior, pois não buscamos tão somente a sobrevivência dos empreendimentos, queremos uma economia sem exploração, uma economia que busque um desenvolvimento sustentável, pois queremos um novo sistema econômico, que não se mudará através das armas, mas sim através do diálogo e da relação com aliados, onde o aspecto de Desenvolvimento Sustentável, Integrante, socialmente Justo.

Portanto, por tudo já exposto acima nosso entendimento no Paraná apresenta as seguintes propostas:

1. A retirada do Regime de Urgência da PL 865/2011;
2. Seja solicitada, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa. Com tal atitude que o lugar institucional da política nacional de economia solidária, permaneça a

atual Senaes e o CNES no MTE, como está desde 2003. Isso para respeitar as deliberações da II CONAES, visto que a proposta da PL não cria uma Secretaria Especial ou Ministério de Economia Solidária, possibilitando se for o caso aloca-la no MDS ou MDA.

3. Que seja retomado o processo do abaixo assinado pela Lei Popular de Criação de Política de Economia Solidária.

Fórum Paranaense de Economia Solidária.
Paraná 17/04/2011.

AMAZONAS (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

Manaus, Amazonas, 19 de Abril de 2011.

O Fórum Amazonense de Economia Solidária nasceu do esforço de articulação da sociedade civil amazonense (empreendedores e empreendedoras, movimentos sociais, organizações não-governamentais e organizações de apoio técnico) a uma alternativa possível de sociedade, com valores que observem à proposta metodológica e valores correlatos a solidariedade, observando a diversidade social cultural histórico amazônico.

Tendo em vista as atuais discussões, sobre a proposta de caracterizar a Economia Solidária junto à nova Secretaria de Micro e Pequenas Empresas. Nós Fórum Amazonense de Economia Solidária – FAES (empreendimentos, assessorias técnicas e organizações do estado) entendemos a discussão da seguinte forma:

Existe uma evidente confusão entre o conceito de Economia Solidária e outros tipos de empreendimentos populares, como é o caso das microempresas. Cada uma dessas formas encontra um objetivo totalmente diferente e nisto também o que pretendem como projeto de sociedade;

Sempre foi intenção dos representantes e movimento da economia solidária constituir uma estrutura própria de Estado, para o desenvolvimento de políticas públicas que acompanhem as reflexões e parâmetros de ação a partir das bases. Desde o movimento de eleição da atual presidenta, nosso objetivo sempre foi de que houvesse um Ministério para Economia Solidária e não continuar vinculado, sem maior autonomia a outros ministérios;

O processo de articulação política e pública, a partir do governo Lula teve para o movimento um reflexo positivo, nas regiões, no que se refere a Políticas Públicas e organizações do estado para o foco da economia solidária, sobretudo no Amazonas. No entanto, compreendemos que tal vínculo (com a proposta da nova secretaria) irá enfraquecer a iniciativa solidária, apropriar todo o trabalho possivelmente num novo molde de política pública que não terá necessariamente a nossa metodologia aplicada;

A economia solidária no Estado do Amazonas se expressa com a mesma complexidade dos processos sociais, culturais e biológico-ambientais da nossa região. O tempo para nossa região e diversos povos é diferente dos empreendidos pela política partidária de Brasília e das técnicas de nossos representantes políticos. Normalmente nossa realidade, nossos valores e nossos conhecimentos tradicionais nem são contados na maneira como o governo se organiza e trabalha. Desta forma também como Amazônidas, povo caboclo, povos indígenas e quilombola. Verificamos como negativa a perspectiva de não autonomia da Economia Solidária no nosso estado, a nível nacional. Nós queremos “um outro jeito de fazer economia” e isto entendemos deve ser ouvido pela instância Nacional – pela presidência da República, se não como um Ministério, uma Secretaria Especial ligada diretamente a Presidência e que garanta políticas públicas e recurso para a mesma;

Os parâmetros ligados a busca de redução de pobreza, proposto pela Economia Solidária, se dá de forma diferente da Micro e pequena empresa. Nosso trabalho visa uma ação não apenas em estruturas formais e jurídicas, mas se articula pela sociedade em rede. A nosso ver, apesar da limitação de tempo para seu desenvolvimento, encontra maior eficácia na organização social e política. A micro e pequena empresa apenas reproduz o capitalismo, enquanto a economia solidária distribui de forma orgânica a renda.

GOIÁS (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

DA REUNIÃO DO FORUM GOIANO DE ECONOMIA SOLIDARIA – FGES

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e onze, reuniram-se integrantes do Forum Goiano de EconomiaSolidaria para analisar a conjuntura referente ao PL 865, encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional e que inclui a Senaes no Projeto que cria a Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa, com estatus de Ministério.

Após os informes apresentados pela companheira Joana os presentes se manifestaram reafirmando um documento preliminar enviado ao FBES no qual Goiás se posiciona pela rejeição de integrar o PL 865, considerando os seguintes motivos: A Economia Solidária é um modelo de desenvolvimento fundamentado nos princípios da cooperação e da sustentabilidade em todos os níveis, o que se opõe à lógica da competitividade e da qualidade total.

Incorporamos neste documento as considerações já encaminhadas ao FBES:

- 1-O Movimento já demonstrou força ao neutralizar a criação do Ministério da Pequena Empresa como já tinha sido amplamente divulgado;
- 2-A junção da Economia Solidária com a política da pequena e média empresa instala uma profunda contradição nesta eventual secretaria inclusive com um choque de princípios e diretrizes;
- 3-Avaliamos também a inviabilidade de permanecer no MTE pela pouca expressividade que este proporcionou à economia solidária nestes oito anos de gestão Por isso, apoiamos a proposta número um e permanecermos na luta pelo ministério da economia solidária ou na pior hipótese , pela secretaria nacional vinculada à presidência da república.

Compreendemos que a Economia Solidária é um projeto com a perspectiva de outro desenvolvimento e de outra economia não podendo assumir uma postura subalterna a uma modalidade produtiva como é a pequena e média empresa.

Para constar, eu Joana D´Arc Aguiar de Souza, redigi a presente ata que vai assinada pelos presentes.

Assinam este documento:

Joana D´Arc Aguiar de Souza –Trindade; Vicente Herculano Costa –Anápolis; Ieda Silva Costa – Anápolis; Rutléia de Sá Arruda – Aparecida de Goiânia; Dulce Costa Oliveira – Goiânia; Deusdete Oliveira- Iporá ; Luzia Luzinete de Souza – Iporá; Ruy Marcelo –Goiânia; Maiara Jordânia Arruda – Aparecida de Goiânia; Zilma Lurdes de Lima - Goiânia; Maria Aurora Pereira Martins – Trindade;

RIO GRANDE DO SUL (2 FÓRUMS REGIONAIS)

Fórum da Região Central do Rio Grande do Sul

OF Nº 83/2011

Santa Maria/RS, 11 de abril 2011

Aos Parceiros/as e Lutadores de Economia Solidária !

“ECONOMIA SOLIDÁRIA - OUTRA ECONOMIA ACONTECE !”

Lemos, estudamos o conteúdo do Projeto de Lei e os materiais enviados na Rede de Articulação sobre a Lei.

Gostaríamos de nos pronunciarmos como Fórum da Região Central/RS e com a discussão dos Empreendimentos, Entidades e Apoiadoras que precisamos com urgência que o Ministério da Economia Solidária ou então uma Secretaria Especial de Economia Solidária seja viabilizada no Brasil.

A Economia Solidária é hoje uma realidade no Brasil e precisa ser respeitada e encaminhada pelo Governo Dilma. O povo elegeu este governo, colocando à frente do País, pela primeira vez uma mulher que merece todo nosso respeito, mas precisa, também atender as demandas do povo, entre elas a Economia Solidária.

Reafirmamos o apoio a Nota Pública do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) de 01/04/2011 e a Carta de Porto Alegre de 02 de abril de 2011, cujos documentos estão em anexo.

Com tudo isso nós reafirmamos que o nosso governo, o qual contribuímos significativamente na eleição, pense com muito interesse de instalar no Brasil as Políticas Públicas de Economia Solidária, através de uma Legislação e organização necessárias para o seu crescimento e pleno Desenvolvimento Solidário e Sustentável.

O Empreendedorismo pode ser instalado para um outro público. A Economia Solidária não segue a metodologia do Empreendedorismo e a Autogestão. É outra realidade e outra proposta completamente diferente.

-> Os mais de 22 mil Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, que são mais de dois milhões de Trabalhadores/as de Economia Solidária em todos os Estados Brasileiros que atuam na Economia Solidária. No RS, são mais de 2.000 Empreendimentos Solidários em pleno funcionamento, merecem todo o respeito e atenção do Governo Brasileiro.

Na região central/RS, coordenado pelo Fórum Regional de Economia Solidária e o pelo Projeto Esperança/ Cooesperança temos atualmente:

-> +/- 250 Grupos Associados,

-> +/- 5.000 famílias integradas

-> Mais de 22 mil pessoas beneficiadas pela Economia Solidária através do Projeto Esperança/Coesperança da Diocese de Santa Maria.

-> Atuação em 34 Municípios pelo Território da Cidadania da região central/RS.

Santa Maria é a Capital Mundial da Economia Solidária, por ocasião dos grandes Eventos Internacionais de julho de cada ano, cuja agenda se repete há quase 18 anos ininterruptamente. São Eventos que fortalecem e consolidam do Modelo de Desenvolvimento Solidário e Sustentável de “Uma Outra Economia que já Acontece”.

A Economia Solidária é hoje uma realidade no Brasil e nos 05 Continentes do mundo. A Economia Solidária é muito mais do que se vê e do que se vende, é um novo modo de se organizar, trabalhar, produzir, comercializar, consumir, e sobreviver, com dignidade e autogestão. É um Modelo de Desenvolvimento Solidário Sustentável, para o futuro da Humanidade que constrói um modelo de Desenvolvimento, Produção e Consumo .

A II Conferência Nacional de Economia Solidária realizadas em Brasília, em junho de 2010, aprofundou o Tema : Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação e de Maneira Sustentável.

Fórum Regional do Litoral Norte do RS

O Fórum Regional de Economia Popular e Solidária do Litoral Norte do RS (FREPS LITORAL NORTE), na manifestação de seus atores coloca-se na defesa dos interesses dos Empreendimentos Solidários e dos conceitos que norteiam a Economia Solidária e repudia veementemente o PL 865, por entender como uma afronta aos trabalhadores e interesses dessa nova Economia. Somos favoráveis ao que foi discutido e consensuado na II CONAES, ou seja, um Ministério. Não nos sentimos contemplados num espaço dentro de um ministério da Micro Empresa e entendemos que o menosprezo com que até agora o governo trata a nossa luta é inaceitável e a falta de diálogo um desrespeito para com o Movimento. Por conta dessas e outras firmamos posição na retomada da luta pelo Ministério Economia Solidária e repudiamos a proposta do governo. Estamos nos mobilizando para o dia 19/04 com demais fóruns regionais que compõe o FGEPS (Fórum Gaúcho) fazer uma manifestação pública sobre o PL, mas de qualquer forma nós do Fórum Regional do Litoral Norte já estamos afirmando nossa posição e disposição para a luta.

REDE DE ITCPS

Carta de Porto Alegre

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que compõem a Rede de ITCPs e os 250 participantes do III Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas Populares, do I Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária e do XVI Encontro Nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, reunidos em Porto Alegre no período de 30 de março a 02 de abril de 2011, tornam público sua decisão de reafirmar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, nos termos indicados pelas decisões da I e II Conferências Nacionais de Economia Solidária.

Nos últimos anos o governo brasileiro resignificou o papel da universidade no processo de transformação social a partir da construção de diferentes políticas de apoio à democratização do acesso e, por consequência, abrindo novos horizontes educacionais às populações a quem historicamente foi negado este direito.

Desde 1998 a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), hoje formada por 44 incubadoras, cujo objetivo é apoiar a formação e consolidação de empreendimentos econômicos solidários através de processos de formação e assessoria técnica, desenvolve um trabalho nesta perspectiva.

Discutir uma universidade que trabalhe os processos de produção do conhecimento de maneira realmente articulada com os movimentos sociais, comprometida com a formação de estudantes com um novo perfil, e estimular o debate interno às universidades, questionando o modelo produtivista de produção do conhecimento, significa contribuir no processo de transformação social a partir da ótica dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Este tem sido o compromisso da Rede de ITCPs nestes 12 anos de existência!

A ação das ITCPs origina, necessariamente, um processo de intensa articulação entre pesquisa, ensino e extensão nas universidades em que funcionam. A ação da Rede pressupõe o trabalho na direção das demandas originadas dos grupos de economia solidária que reúnem trabalhadores e trabalhadoras que fazem a opção pelo trabalho associado em suas necessidades de assessoria técnica, formação e produção do conhecimento, principalmente no que se refere às tecnologias sociais.

O trabalho das incubadoras da Rede de ITCPs pressupõe ainda uma ação política de articulação com o projeto político da economia solidária que, como afirma a nota pública do FBES de 01/04/2011, “não se expressa por uma determinada personalidade jurídica e não se restringe a inclusão produtiva, vai além, ao trazer à pauta um desenvolvimento territorial, justo e sustentável, centrado em outro modelo de consumo, produção e comercialização, tanto no meio urbano, quanto no rural. Promove novos valores e traz outra referência para o dinheiro e para as finanças, considerando o papel central do trabalho no desenvolvimento do ser humano e na valorização da vida. Tais iniciativas se expressam, por exemplo, em cooperativas populares de catadores de materiais recicláveis, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, bancos comunitários, empreendimentos coletivos de prestação de serviços e grupos produtivos de povos e comunidades tradicionais.” Neste sentido, gostaríamos de apontar alguns aspectos importantes presentes no cenário brasileiro dos últimos 8 anos, no que se refere à consolidação da política pública de economia solidária em nosso país:

-> No governo Lula, a implantação da SENAES foi um passo inédito e importante para o processo inicial de constituição da política pública em economia solidária no Brasil. No entanto, o reconhecimento da especificidade do trabalho associado através das práticas de economia solidária e da definição de um lugar institucional para a política nacional de economia solidária ainda é um processo em construção;

-> É preciso que reconheçamos o esforço transversal de diferentes Ministérios que através de suas políticas pautaram a construção de ações e programas voltados para a economia solidária, mesmo que de maneira fragmentada;

-> No mesmo sentido, o ressurgimento e o fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), recentemente institucionalizado através de decreto assinado pelo presidente Lula, parece indicar um passo importante, embora ainda esteja distante de atender às reais especificidades do trabalho desenvolvido pelas incubadoras no processo de apoio aos grupos incubados. Além disso, o montante de recursos destinados ao programa (cerca de 20 milhões de reais) nem de longe se assemelha aos recursos destinados às demais incubadoras (cerca de 400 milhões de reais);

Porém a II Conferência Nacional de Economia Solidária ao fazer o balanço e apontar os desafios da Economia Solidária no Brasil, indica em seu documento final que:

“as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente comprometida pelas normativas e pela cultura institucional que favorecem a fragmentação das políticas, dificultando apoio governamental no fomento aos

empreendimentos

de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos solidários ao

financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado e em alguns setores, inexistente.”
(Brasil, 2010)

Tais pontos parecem indicar

-> A necessidade de indicar a economia solidária como importante instrumento de consolidação de

um outro modelo de desenvolvimento e de inclusão social e econômica;

-> A necessidade de consolidarmos políticas públicas para além do governo, mas institucionalizando

uma política de estado através da Lei Geral da Economia Solidária

-> A necessidade de buscarmos consolidar uma política pública de C & T que permita processos de

produção do conhecimento com participação popular e voltada para a transformação social a partir

do trabalho em rede que hora desenvolvemos junto aos empreendimentos econômicos solidários

que hoje acompanhamos;

Neste sentido é que reiteramos as palavras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em carta enviada à

recém-eleita Presidenta Dilma Rousseff que considerava:

-> o potencial já demonstrado pela economia solidária de contribuir com o resgate humano e a erradicação da pobreza e da miséria;

-> a capacidade da economia solidária em gerar oportunidades de geração de trabalho e renda para

setores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho tradicional;

-> o compromisso da economia solidária em promover o desenvolvimento territorial, sustentável e

solidário, em que a produção da riqueza tenha como finalidade a qualidade de vida;

-> a natureza transversal e intersetorial da economia solidária, que exige um espaço institucional de

articulação e organização do conjunto de políticas relacionadas;

-> o crescimento expressivo da economia solidária em todos os segmentos da sociedade civil e em

políticas públicas municipais e estaduais;

os “13 Compromissos para fazer avançar a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento”, assumidos pela campanha eleitoral; e

-> a necessidade de ampliar o patamar das políticas públicas de economia solidária para contribuir

com os objetivos centrais apontados por seu programa de governo.

Considerando o acima exposto, repudiamos veementemente o Projeto de Lei que “Altera a Lei no 10.683,

de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos

Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências”, encaminhado pela mensagem nº 65 da Casa Civil, no dia 31/03/2011, bem como a forma como o processo foi conduzido sem nenhum diálogo com o movimento da Economia Solidária, o que talvez nos remeta a pensar em um modus operandis semelhante ao utilizado há exatos 47 anos no Brasil. Tal projeto, longe de atender às especificidades da economia solidária e das reivindicações do Forum Brasileiro de Economia Solidaria afasta ainda mais a possibilidade de centralização da política e reiteramos a necessidade da criação de um Ministério da Economia Solidária como indicado pela II Conferência Nacional de Economia Solidária.

Rede de ITCPs

Veja as incubadoras filiadas à Rede de ITCPs no sítio internet www.redeitcps.com.br

ANTEAG

De: anteag@terra.com.br

Data: 11-04-2011 15:58:34 (Mon, 11 Apr 2011 18:58:34 +0000)

CONSULTA URGENTE sobre PL 865

Camaradas, não podemos abrir mão de nossa característica e de nossa identidade enquanto Economia Solidária. Fizemos plenárias que legitimaram plenamente o marco conceitual e prático da Economia Solidária. Podemos conversar, devemos dialogar, temos coração aberto para negociar tudo, menos nossa identidade. Esta não tem segunda via.

Sobre a perspectiva de estar no espaço da Micro e Pequena, lembrei-me de uma expressão: passarinho que anda com morcego começa a dormir de cabeça para baixo. Não vamos passar a pensar micro e pequenos. Vamos pensar o grande que construímos! Somos nossos princípios dos quais não abrimos mão! Vamos lutar pelo espaço institucional que decidimos conquistar.

Saudações, Luigi - ANTEAG

CÁRITAS BRASILEIRA

De: Ademar <ademar@caritas.org.br>

Data: 10-04-2011 23:31:54

R – 1ª. opção: retirar as referências da economia Solidária da PL.

A 2ª. opção só faz sentido se e quando for estabelecido algum diálogo que JUSTIFIQUE essa integração, cujos elementos nos convencerem ou cuja determinação de forças nos obrigar a aceitar essa promiscuidade.

Se esse casamento vier a ser inevitável, que seja com separação de bens!

Pela equipe de E P S – assessoria nacional Cáritas

Ademar

P S – Assim como para o FBES e para o Conselho Nacional da Economia Solidária, este fato provocou manifestações com argumentos fortes a favor da Economia Solidária – outra economia, distinta da capitalista e suas ideologias-valores, assim também as manifestações dos parlamentares favoráveis à economia solidária, deverá provocar maior discernimento sobre que economia estão defendendo!

Se, e em último caso, nada mudar, a idéia do casamento com separação de bens pode vir a ser, neste governo, a última solução!

Vamos continuar apostando em nossa agenda positiva junto aos parlamentares e ``a sociedade?

Temos um outro P L a conquistar: o Projeto de lei da Economia Solidária!

Vamos ver quantos parlamentares podem assumir, assinar e animar a captação de 1,5 milhão de assinaturas?

IMS

De: Shirlei A. A. Silva <sasilva@marista.edu.br>

Data: 11-04-2011 19:17:02

Caros compas,

Paz e bem!

Pelo IMS estamos ficando com a posição 1.

(1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

Pelo espaço da economia solidária e pela centralidade do debate na pessoa humana e não na forma

jurídica dos EES se oficializarem. Não queremos micro capitalistas, mas sim trabalhadores e trabalhadoras autônomas e conscientes.

Que as estruturas de poder possam ver que também outra forma de fazer política é necessária e urgente.

Um grande e forte abraço,

Shirlei

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC)

Brasília, 29 de abril de 2011

Da: Coordenação do Fórum Nacional de Educação do Campo

Para: Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Assunto: Carta de apoio a retirada da Secretaria de Economia Solidária do PL 865

O Fórum Nacional de Educação do Campo-FONEC é resultado da articulação entre movimentos e organizações sociais e sindicais, universidades e institutos federais de educação. O FONEC caracteriza-se, antes de tudo, como uma articulação dos sujeitos sociais coletivos que o compõem, pautados pelo princípio da autonomia em relação ao Estado configurado em qualquer uma que seja de suas partes.

O objetivo precípua do FONEC é o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo, à elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo.

Entendendo que a luta da manutenção da vida do campo perpassa ao modelo de produção e formas de organização do trabalho este fórum entende que luta converge para um outro modelo de desenvolvimento do campo e neste sentido esta totalmente em sinergia com a proposta da economia solidária.

A coordenação do fórum nacional da educação do campo reunidos no dia 27 de abril, em Brasília, debateu e reafirmou a importância de que os princípios e debates vindos da base do movimento de economia solidária sejam respeitadas e neste sentido não enxerga que o espaço da secretaria especial de micro e pequenas empresas seja o espaço que reflita a caminhada e o desejo de seus principais atores. Reafirmamos então nosso apoio a retirada da economia solidária desta secretaria e seja garantido uma outra estrutura que reflita a discussão do movimento de economia solidária.

Comissão de coordenação do FONEC - Entidades e representantes que compõem a coordenação:

- Eliene Novaes- CONTAG
- Edgar Kolling –MST
- Fernando Michelotti Fórum Paraense de Educação do Campo

- Erika Sagae-Fórum Catarinense de Educação do Campo
- Antonio Pasquetti - Observatório de Educação do Campo-UNB

FRENTE PARLAMENTAR DE SÃO PAULO E REDE DE ECONOMIA E FEMINISMO

De: verau.machado <verau.machado@uol.com.br>

Data: 10-04-2011 20:10:11

Companheiros e companheiras do FBES,

A posição da representação da Frente Parlamentar em apoio a Economia Solidária e a REF (rede de Economia e Feminismo) é contrária ao PL 865 que coloca a Economia Solidária e o CNES dentro do Ministério da Micro e Pequena Empresa, pois fere todos os princípios da base da Economia Solidária.

Esta é a posição da nossa representação no FPES.

Abs solidários e feministas

Vera Machado

REGIÃO CENTRO-OESTE: Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT

NOTA DE APOIO AO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO CENTRO OESTE

Nós do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro Oeste, vem diante das discussões sobre o movimento de economia solidária e sobre a Formação que a Escola Centro Oeste vem desenvolvendo nestes 03 anos de projeto, onde se tornou Centro de Formação em Economia Solidária da região, vimos afirmar nossa posição diante o Projeto de Lei 865/2011.

O referido PL 865 "altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências". O Projeto propõe levar o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) para a Secretaria de Micro e Pequena Empresa.

Nós, do CFES-C.O. não concordamos com ida do Conselho Nacional de Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária para a Secretaria de Micro e Pequena Empresa e defendemos junto com os fóruns estaduais de Economia Solidária da região, o que já foi definido pelo movimento nas suas instâncias de reflexão e deliberação.

Para nós, o projeto de lei não só representa um retrocesso aos avanços conquistados desde 2003, como também é fruto de um processo de elaboração sem a participação de movimentos e redes de economia solidária.

O movimento de economia solidária que já realizou duas Conferências Nacionais (2006 e 2010) e, na última, reafirmou que, para a construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, coloca-se a necessidade de reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores (as) às condições socialmente necessárias de

produção, e como dever do Estado.

Na concepção do movimento, um dos grandes desafios é avançar na institucionalização e na ampliação das políticas públicas de Economia Solidária, tornando-a permanente na estrutura do Estado Brasileiro. Para isso, uma das propostas mais consistentes apresentadas foi a da necessidade da elevação política do órgão federal responsável pela Política Pública de Economia Solidária, com a criação de um Ministério da Economia Solidária.

Na concepção do movimento, o Ministério da Economia Solidária, viabilizará lutas e conquistas do movimento, tais como: o reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários, como sujeitos de direito; a ampliação do acesso ao conhecimento por meio da educação, da formação, do assessoramento técnico e das tecnologias sociais; a ampliação do acesso ao crédito (investimentos e capital de giro) para os empreendimentos, bem como fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário); a ampliação do acesso aos mecanismos e instrumentos de comercialização justa e solidária, incluindo a implantação do Sistema de Comércio Justo e Solidário e a participação dos empreendimentos econômicos solidários nas compras governamentais.

A Secretaria de Micro e Pequena Empresa, com competências relacionadas à formulação de políticas e diretrizes de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao segmento do artesanato para tratar de temas como o cooperativismo e associativismo urbanos, a promoção do desenvolvimento de arranjos produtivos locais, programas de qualificação e extensão empresarial, e iniciativas para o aumento da participação das micro e pequenas empresas nas exportações brasileiras e sua internacionalização, não coaduna com os princípios, com a concepção e nem com o perfil do Ministério da Economia Solidária, descritos acima.

A Economia Solidária é hoje uma realidade no Brasil, segundo dados levantados pelo próprio governo federal, através do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária - SIES é a políticas públicas voltadas para esta parcela da população que vem gerando trabalho e renda a milhares de famílias e deve ser tratada como uma política de Estado.

Sendo assim, reafirmamos o apoio a Nota Pública do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) de 01/04/2011, e nos dispomos a continuar contribuindo enquanto CUT e ECOCUT com a articulação e mobilização do Movimento em nossa Região.

Goiânia, 20 abril de 2011.

Assinam este documento:

Centro de Formação em Economia Solidária da região Centro-Oeste – CFES-C.O.

Conselho Gestor do CFES-C.O.

Escola Centro-Oeste Formação Sindical da CUT Apolônio Carvalho.

Fórum Estadual de Economia Solidária do Distrito Federal.

Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado de Goiás.

Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado de Mato Grosso.

Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado de Mato Grosso do Sul.

Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul.

REGIÃO SUDESTE: ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO

CARTA DE REPÚDIO AO PL 865 / 2011

Nós, do Movimento de Economia Solidária que lutamos ativamente para que a Presidenta Dilma Roussef, fosse eleita e que as conquistas alcançadas no governo Lula fossem garantidas, estamos indignados com o Projeto de Lei no. 865, de 31 de março de 2011.

O referido PL foi elaborado desrespeitando o processo democrático do qual viemos conquistando e fortalecendo dentro do governo popular, no diálogo sobre as questões atuais e das futuras perspectivas do Movimento de Economia Solidária, sendo portanto, totalmente contrária aos anseios deste existente no Brasil.

O Movimento de Economia Solidária, vem se consolidando através dos inúmeros Fóruns Municipais, Estaduais, Regionais e das mais diversas Redes de Cooperação, na perspectiva de contribuir para consolidar a cidadania e a erradicação da pobreza extrema no país.

Entendemos que esta proposta representa um retrocesso aos avanços conquistados desde 2003, com a criação da SENAES.

Manifestamos nosso total e veemente repúdio à proposta do CNES (Conselho Nacional de Economia Solidária) e a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), estarem em uma Secretaria de Micro e Pequena Empresa, como encaminhado no PL 865, de 31 de março de 2011.

Assinamos esta Carta de Repúdio no Curso de Formação de Economia Solidária da Região Sudeste, em Belo Horizonte, onde estão representantes Regionais, Estaduais e Municipais dos estados:

Espírito Santo – Geisiane Teixeira, Gisele Pereira, Itamarcos Coutinho, Kádio Serge Aristides, Silmara Guerreiro, Marcelo Brás, Marli Machado, Martinha dos Santos, Paulo Oliveira, Renata Roubach, Rita Santos, Rodrigo Alves, Rubens Patrocínio, Sílvio Pires de Melo, Tamara Gomes,

Minas Gerais – Ana Amélia Melo, Belmiro Alves, Élcio Felice, Flávia Assis, Gabriel Cato, Ivanildo, Lucas Siqueira, Nelly Medeiros, Lumpini João Pedro, Roseny Almeida, Synara Almeida Pinto, Thiago Vandrê,

São Paulo : Adalberto Sabino, Ana Flávia Borges, Helena Dandara, Helena Saraiva, Isabel Cristina Alves, Marcelo Braz, Paulo Índio, Paulo Oliveira, Renato Silveira Martins, Rodrigo Alves, Rosana Rocha, Silmara Guerreiro, Sílvio Pires, Valdir Ferreira.

Rio de Janeiro - Alex Gomes, Gildo Bernardo, Maria Augusta Ferreira Miguel, Maira Vieira, Margareth Azevedo da Silva, Osni José dos Santos Júnior, Rômulo Mendes Silva, Rosângela de Jesus Bastos,

REGIÃO SUL: MILITANTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ENCONTRO REGIONAL

Nota de Repúdio e Proposta de Mobilização

Nós, educadores/militantes da economia solidária da região sul do Brasil, reunidos em atividade de formação em Porto Alegre/RS, manifestamos profundo repúdio ao Projeto de Lei nº 865 de 31 de março de 2011, que propõe a inserção das atribuições da Economia Solidária junto à criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, sem qualquer espécie de diálogo com o movimento da economia solidária.

A economia solidária compreende empreendimentos de cunho coletivo onde a propriedade e gestão são coletivas (autogestão) diferente das micro e pequenas empresas, que em geral, incorporam características de empresas convencionais capitalistas que se estruturam a partir da propriedade privada dos meios de produção e de prestação de serviço, por relações assalariadas e pela gestão vertical centralizada (heterogestão). Portanto, há uma diferença crucial de concepção de desenvolvimento – ao longo de sua história, o movimento de economia solidária vem afirmando a seguinte perspectiva:

"Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida." (Carta de Princípio FBES)

Desta forma, os empreendimentos de economia solidária não são meros instrumentos de inserção no mercado convencional via empreendedorismo e, portanto, para o conjunto de pessoas reunidas neste evento, economia solidária não está contemplada no texto do PL 865.

O encaminhamento deste Projeto de Lei é um desrespeito às deliberações do movimento de economia solidária, construídas em 4 Plenárias Nacionais, 2 Conferências Nacionais e Conferências Temáticas; é um desrespeito às discussões que o Conselho Nacional de Economia Solidária vem pautando nos últimos 8 anos de governo federal; também é um desrespeito à Secretaria Nacional de Economia Solidária que nos dois últimos governos tem gerido a política pública de economia solidária tendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária como um dos principais interlocutores; mas, sobretudo é um desrespeito aos muitos militantes da economia solidária que ajudaram a eleger a presidente Dilma, acreditando na capacidade de diálogo de seu governo e na sensibilidade às demandas da economia solidária - que não são as mesmas da micro e pequena empresa.

Por tudo isso, aproveitamos a ocasião deste encontro, que reúne educadores militantes dos três estados (PR, SC e RS) da região sul do Brasil, não só para repudiar o PL 865, mas também para propor mobilização política em reação aos últimos encaminhamentos do Governo Federal.

Sugerimos ao conjunto do movimento de economia solidária, em especial aos Fóruns Estaduais e locais de Economia Solidária dos quais este coletivo participa e, conseqüentemente, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), as seguintes estratégias:

1. Posicionamento a favor de ementa que retire as atribuições da economia solidária da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, ou seja, um rompimento com a PL 865;

2. Uma reação – mobilização política - ao desrespeito que o movimento de economia solidária está sofrendo com o encaminhamento da PL 865, sem qualquer diálogo com o movimento de economia solidária:

2.1. Feiras Protesto - que as Feiras de “Páscoa”, “Dia das Mães” e ainda outras que estejam acontecendo, se constituam como um ato público de protesto comum nos três estados do sul. Desta

forma, as feiras devem: ser ornamentadas com faixas e cartazes com palavras de ordem comuns; utilizar o canal de comunicação das feiras para manifestar protesto; distribuir filipetas esclarecendo a diferença entre economia solidária e micro e pequena empresa; colher assinaturas (abaixo assinado)

em favor do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que dispõe sobre a Política da Economia Solidária (http://www.fbes.org.br/lei_iniciativa_popular); e como ato simbólico, escolher um momento em que todos dançam e cantem a CIRANDA (com letra ao final deste documento) por outro desenvolvimento;

2.2. Diálogo com os demais movimentos sociais que também pregam outra perspectiva de desenvolvimento, e não a que está dada: o indicativo é que cada Fórum Estadual delegue uma ou mais pessoas para dialogar com os pares do movimento de economia solidária a fim de que se comprometam com a luta da economia solidária e vice versa – assim a luta de um se torna a luta de todos; Encaminhar documento para que outros movimentos subscrevam nota de repúdio;

2.3. Diálogo com os representantes legislativos: Haverá uma reunião da Frente Parlamentar Mista com representantes do Fórum Brasileiro de economia Solidária, no dia 12 de abril, às 15hs. O indicativo é que o movimento consiga mobilizar o máximo de deputados federais e sensibilizá-los para a causa da economia solidária. Desta forma, todos devem se comunicar (de preferência por telefone) com seus representantes no legislativo antes do dia 12 de abril;

2.4. Sugestão de que nos próximos dias, ocorra ato (com falas de deputados estaduais) nas Câmaras dos três estados do sul. O indicativo são os dias 19 e 20 de abril do corrente ano;

2.5. Para todas as manifestações mobilizar a mídia, sobretudo a mídia livre – fóruns de blogueiros – para que as reivindicações da economia solidária tenham repercussão nos meios de comunicação;

3. Mobilização Nacional: sugerir ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária um dia comum de mobilização nacional. O indicativo é que um Protesto em defesa da retirada da economia solidária do PL 865, ocorra no dia 1o de maio (Dia do Trabalhador) pelo direito de trabalhar e produzir em cooperação; aproveitar espaços públicos que reúnam militantes da economia solidária (ações de projetos de políticas públicas) tanto nacional quanto regional para realizar manifestos públicos em repúdio a PL 865;

4. Sugestão de palavras de ordem para faixas e cartazes: “Autogestão produção sem patrão – Economia Solidária fora da PL 865”; “Economia é todo dia, nossa vida não é mercadoria – Economia Solidária fora da PL 865”; “Economia Solidária não é micro e pequena empresa - Economia Solidária fora da PL 865”; “Pelo direito de trabalhar e produzir em cooperação - Economia Solidária fora da PL 865”; “Economia Solidária não é economia do patrão é do trabalhador - Economia Solidária fora da PL 865”.

Porto Alegre, 08 de abril de 2011

Coletivo de educadores/militantes da economia solidária que participaram da formação em Porto Alegre durante os dias 07 e 08 de abril de 2011:

Rio Grande do Sul:

Jurema Amorin - Viamão, Sueli Angelita da Silva - São Leopoldo, Katiucia Gonçalves - Porto Alegre, Tatiana Hausen - Porto Alegre, Sônia Maria Rocha Rodrigues - Viamão, Angela Gomes dos Santos Costa - Ijuí, Eduardo Cauê S. Moreira - Porto Alegre, Carlos Alberto Brito Alves - Pelotas,

Carlos Roncato - São Leopoldo, Maria Isabel Rodrigues Lima - Novo Hamburgo, Mirian Pocebon - Porto Alegre, Renata Pittar de Giorgio - Porto Alegre, Leticia da Silva Balester - Porto Alegre e Aline Mendonça dos Santos - Porto Alegre

Santa Catarina:

Luciana Capistrano - Lages, Wagner R. Bencke - São Miguel do Oeste, Filomena Martins Lavado - Itajaí, Diandra Paula Andreoli - São Miguel do Oeste, Kristiany Mariely Bender - Blumenau, Eliandra Gomes Marques - Bandeirante, Fernanda Ramirez - Joinville, Jocilene de Souza Vieira Braga - Joinville, Daniel Tomazoni - Joinville, Vilson Vilmar Trindade - Chapecó, Gelsomar Sbardelotto - Chapecó e Andrea Viana Faustino - Florianópolis

Paraná:

Carlos Alencastro Cavalcanti - Curitiba, Angela Cristina - Curitiba, Maria de Fátima Costa Milan - Curitiba, Durce Rodrigues de Figueiredo - São José dos Pinhais, Keiko Rosana de Souza Sato - Curitiba, Jonatas dos Santos Barreto - Cascavel, Regina Eliana de Figueiredo - Curitiba, Rosangela Silva Ferreira - Cascavel, Cleverson José Moraes de Oliveira - Porto Amazonas, Marilene de Souza - Rebouças, Marcia Bianchi Costa - Paçandu, Vladimir de França - Curitiba e Antonio Carlos Camargo - Curitiba

Letra da Ciranda:

“Cirandeiro, cirandeiro ó
Rede e solidariedade, não se faz de uma mão só!
Vou construindo uma rede solidária
Que vive o sonho de uma vida melhor!
A rede cresce no sonho da liberdade
Que une nossas utopias, vidas, mãos e corações!
Essa ciranda não é minha só, ela de todos nós, ela é de todos nós!
A utopia é que nos uniu, para viver e cantar o sonho em uma só voz.
Para esta ciranda,
Juntamos mãos com mãos.
Unimos sonhos e vida,
Na força da ação.”

REGIÃO NORDESTE: MILITANTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO

CARTA DE CARPINA/PE

Nós, do Movimento de Economia Solidária, reunidos na cidade de Carpina – PE entre os dias 11 e 12 de abril, na Oficina de Fluxos de Comercialização e Informação e, entre os dias 13 e 15 de abril, no Seminário Regional de Sistematização, lutamos ativamente para que a Presidenta Dilma Rousseff fosse eleita, e para que as conquistas alcançadas no governo Lula fossem garantidas. Estamos indignados/as com o Projeto de Lei número 865, de 31 de março de 2011, data esta que nos remete ao 31 de março de 1964, quando o povo brasileiro foi violentamente surpreendido por um golpe militar.

O referido PL foi elaborado desrespeitando o processo democrático que viemos construindo e

fortalecendo conjuntamente com o governo, na ocasião da I e II CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária (Maio de 2006 e Junho de 2010), cujos temas foram “**Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento**” e “**Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável**”. Além do desrespeito ao processo democrático, o governo ignora o mecanismo que ele mesmo criou para tornar participativos os processos decisórios na gestão pública.

É importante destacar que o Movimento de Economia Solidária vem se consolidando através dos inúmeros Fóruns/Redes Municipais, Estaduais, Regionais e das mais diversas Redes de Cooperação, na perspectiva de contribuir para consolidar a cidadania e a erradicação da pobreza extrema no país.

Entendemos que o PL 865/2011 representa um retrocesso aos avanços conquistados desde 2003, com a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Diante do exposto, defendemos a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, por considerarmos que vai de encontro aos valores e princípios da Economia Solidária.

Por isso conclamamos os/as militantes da Economia Solidária, a sociedade civil e os movimentos sociais para engrossarem as fileiras das mobilizações contra o PL 865/2011, promovidas nos estados, nos municípios e a nível nacional (Para maiores informações visite o sítio www.fbes.org.br).

Assinam esta Carta:

LEONETE ROSENO DA SILVA, REGINA MARLENE BONFÁ DOS SANTOS, MARIA CLAUDETE, TATIANA A. REIS, MARIA JOSÉ LUIS VIÇOZA, LISANDRO ROBINSON DE S. FREITAS, LARA M. A. M. SENA, LISE M^a. BRAGA GUIMARÃES, TATIANA MACIEL DA SILVA, MARIA DAS DORES SILVA SANTOS, SIMONE A. V. SOBRAL, MARIA RITA DA CRUZ, MARINALVA CORREIA JACOBINA, ADELINE MATIAS SILVA SANTOS, ELIMIR FRANISCA DA SILVA, JESSICA EVELIN C. L. MIRANDA, CONSTÂNCIA C. DA S. BARROS, MARIA HELENA, ISABEL CRISTINA FORTE, MARIA CONCEIÇÃO BEZERRA SILVA, JULIA KIFINE G. CASTRO, JOSÉ DE ARIMATÉIA SILVA, CAROLINA V. M. LEÃO, FRANCISCO DOS NAVEGANTES SILVINO NICÁCIO, SANDRO GOMES DA SILVA, FERNANDO AUGUSTO BRANDÃO DA SILVA, RENATA DE SOUZA SILVA, PAULA VANESSA MESQUITA QUEIROZ, ARTUR MELO DE SOUZA, ROSA CAROLINA RODRIGUES ALVES REIS, CLÁUDIO BATISTA DOS SANTOS FILHO, PAULO DA SILVA SANTOS JÚNIOR, ALEXANDRE ROMAGUERRA DE GIL, MARIA LEONICE DO NASCIMENTO, ANA LOURDES DE FREITAS, MARIA DE FÁTIMA MOREIRA, TÚLIO PEREIRA XAVIER, ZORAÍDE DA SILVA GRAMACHO, JOSÉ DOS SANTOS, IRAÍDES RODRIGUES LEITE DE ARAÚJO, GELANIA BERNARDINO DA SILVA, AURINÉA PINHEIRO SALES MENDES, MARIA DE JESUS RODOLFO LIMA, ALICE BEZERRA SILVA, MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA BARROS, REGINA MARLENE BONFÁ DOS SANTOS, MARIA JOSÉ DA SILVA, SÔNIA MARIA SILVA LEAL CABRAL, LEILA OLIVEIRA DE ARAÚJO MOTA, SOLANGE MILET MOURA RODRIGUES, ANTÔNIO EDSON BARRETO, DENISE MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS, MARIA DO SOCORRO ALVES VIANA, LISANDRO ROBINHO DE SOUSA FREITAS, TERESA DE SOUZA BAHIA, WALMIRA DA PENHA ROSA, ANTONIO EDILBERTO COUTINHO MONTE

Estados presentes: Paraíba – Sergipe – Rio Grande do Norte – Maranhão – Ceará – Piauí – Alagoas – Bahia – Pernambuco.

REGIÃO SUDESTE: BANCOS COMUNITÁRIOS DA REGIÃO

Ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária,

Vitória, 11 de abril de 2011

Os Bancos Comunitários da Região Sudeste e as Organizações da Sociedade Civil de apoio à Economia Solidária e Finanças Solidárias abaixo subscritos reunidos na cidade de Vitória – ES vêm por meio desta se posicionar com relação à Consulta da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Após discussão sobre o contexto e as possibilidades de atuação do Movimento de Economia no momento, nos posicionamos de forma contundente pela opção:

“(1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa”

Consideramos que a Economia Solidária é parte de uma estratégia de desenvolvimento baseada em princípios e valores de autogestão e democracia econômica que, embora conviva e tenha como parceiras outras formas de empreendedorismo popular não pode estar subordinada à lógica do Micro e Pequeno Empreendedorismo. O ponto central é que o modelo difundido pelo Micro e Pequeno Empreendedorismo propõe a criação de alternativas para a geração de renda que não rompem com as relações convencionais de produção e distribuição dos resultados do trabalho, reproduzindo a lógica da exploração, da centralidade do capital e da geração de lucro.

Enxergamos a Economia Solidária além do limite da mera geração de trabalho e renda. Vemos nessa forma de organização a oportunidade de reorganizar a economia a partir de um novo olhar. Para os Bancos Comunitários a luta é pela organização da economia local com a participação da comunidade não apenas na produção, mas no acesso ao crédito e nas estratégias de escoamento da produção e estímulo ao consumo local.

Por isso consideramos que o Movimento de Economia Solidária deve se manter firme na luta pela ampliação do espaço da Economia Solidária no Governo Federal, sobretudo na luta pela implementação de um Marco Jurídico adequado à realidade da Economia Solidária.

Assinam essa carta:

Espírito Santo

Banco Bem

Banco Sol

Banco Comunitário Verde Vida

Banco Terra

Associação Ateliê de Idéias

Instituto GG5 de Desenvolvimento Comunitário

Associação Costumes Artes
Nossa Casa Senhora de Lourdes

São Paulo

Banco Comunitário Apuanã
Banco Comunitário Autogestão
Banco Paulo Freire
Banco União Sampaio
Banco Vista Linda
Associação dos Sem Terra da Zona Norte
Casa de Cultura São Luiz
Associação de Desenvolvimento Local
União Popular de Mulheres de Campo Limpo
Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Vista Linda
Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo – NESOL-USP

Minas Gerais

Banco Comunitário Sussuarana

Ceará

Instituto Palmas (Fortaleza/CE)

REGIÃO NORDESTE: Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste

Carta de Repúdio à PL 865

A Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste, reunidas em Encontro em Recife, realizado pela Casa da Mulher do Nordeste, decide tornar público sua posição através dessa Carta de Repúdio contra a PL 865 que apresenta proposta de criação de uma Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa.

Nós mulheres, agricultoras, artesãs, trabalhadoras rurais, brancas, negras, e jovens, vindas de vários municípios e estados do Nordeste, sertão, agreste, região metropolitana e zona da mata, integrantes dos fóruns estaduais de economia solidária, ativistas do movimento feminista e de mulheres e integrantes da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste, manifestamos nosso repúdio ao atual governo federal, pela forma desrespeitosa como está sendo encaminhado a discussão sobre o lugar institucional da Economia Solidária e principalmente pela proposta de criação de uma secretaria de Micro e Pequena Empresa apresentada através do PL 865.

Nós que fazemos parte do movimento de luta dos empreendimentos da economia solidária que reafirma o nosso fortalecimento como sujeitos do processo de desenvolvimento do nosso país, e que propomos uma outra economia baseada na igualdade entre mulheres e homens, na distribuição de riquezas, no compartilhamento dos conhecimentos e na divisão do poder, não aceitamos após anos de lutas e avanços, esse lugar definido para a Economia Solidária no atual governo. Entendemos que

essa Secretaria não representa nossas lutas e não responde as nossas demandas de superação da pobreza, e da miséria baseada na autonomia das pessoas e na participação ativa do desenvolvimento do país.

Sabemos o que queremos e já comprovamos através da realização das duas Conferências Nacionais de Economia Solidária e da organização dos fóruns em todos os estados do Brasil. Reivindicamos um ministério da Economia Solidária capaz hoje de organizar as diversas ações e programas espalhados por alguns ministérios e pela SENAES e atender as diversas demandas da grande maioria da população do país que se encontra em condições de riscos e vulnerabilidades.

Diante do atual contexto apresentado para nós propomos um local específico para Economia Solidária que atenda aos diferentes anseios do movimento e especialmente para nós mulheres, que tanto temos contribuído pelas mudanças e efetivação da economia solidária nas práticas econômicas e políticas.

Dizemos não a PL 865, pois não nos identificamos e não aceitamos nos enquadrar nesse modelo que é contrário aos princípios da Economia Solidária. Não aceitamos perder o que já conquistamos através de tanta luta e trabalho.

Defendemos solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES E Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa.

Defendemos o fortalecimento do movimento da Economia Solidária e convocamos a todas as companheiras e todos os companheiros para irmos para as ruas, jornais, rádios, e manifestarmos nossa indignação e nossa posição.

Não vamos desanimar!

Não vamos retroceder!

Vamos nos organizar e continuar nossa caminhada!

Viva o movimento organizado da Economia Solidária !

Recife, 15 de abril de 2011.

REGIÃO NORTE: MILITANTES DE ECOSOL NO ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO

Manifesto do Rio Guamá – Belém/PA

Região Norte

As educadoras e educadores em Economia Solidária, provenientes dos 07 Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), coletivo constituído por trabalhadoras e trabalhadores oriundas/os de diversos segmentos, entre eles: artesanato, confecções, educadoras/ES populares, quilombolas, indigenistas, impactadas/os por barragens, pescadoras/es, da alimentação, da agricultura familiar de base agroecológica, assessores/as técnicos/as, professores/as, reunidas/os em processo de formação em Belém, nas datas de 14 e 15 de abril de 2011, viemos nos manifestar contrárias/os à inclusão da Economia Solidária no PL 865.

Considerando:

- Que Defendemos outra proposta de desenvolvimento para a Amazônia que se baseia nas práticas de comunidades e povos tradicionais que vivem na e da Floresta Amazônica,

práticas essas que naturalmente se identificam nos princípios da Economia Solidária e que precisam ser fomentadas e difundidas;

- Que a erradicação da pobreza extrema na Amazônia depende de um processo de regularização fundiária, que contribuirá com o fortalecimento das práticas econômicas dos povos da floresta;
- Que a Economia Solidária é um segmento que garante milhões de postos de trabalho e gera renda nas cidades, na floresta e no campo, além do que contribui efetivamente com as Economias Locais e Nacional;
- Que a Economia Solidária atende ao mercado e estimula o consumo de forma diferenciada e constrói a sua luta pautada nos princípios da autogestão, cooperação, democracia, preservação ambiental e cultural, agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, energia limpa, respeito à diversidade geracional, de gênero, raça e etnia;
- As deliberações das Conferências de Economia Solidária realizadas em todos os Estados e Distrito Federal bem como da II Conferência Nacional de Economia Solidária;
- Que não foram respeitadas as deliberações da IV Plenária Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, pois não houve nenhuma consulta ao movimento de Economia Solidária, através de seu interlocutor legítimo, que é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
- Que apoiamos e defendemos a continuidade de um governo popular nas eleições de 2010, afirmando a candidatura Dilma Rousseff à Presidência da República;
- Os 13 compromissos de Dilma para a Economia Solidária.

Reafirmamos:

- Que temos o direito de escolher outra forma de trabalho, através da organização autogestionária e solidária, sem patrão e sem empregado;
- Nossa disposição na luta pelo direito de trabalhar de forma cooperada e solidária;
- Que não aceitamos que a Economia Solidária seja mais um braço do sistema capitalista da forma como está sendo concebida pela comissão que apresentou o Projeto de Lei, pois a coloca no mesmo patamar das políticas neoliberais, o que representa o total distanciamento do ideal de um novo modelo sistêmico de desenvolvimento que se contrapõe à exploração do trabalho escravo, à exploração ambiental, à dizimação de povos e culturas da floresta, às guerras, entre outros aspectos.
- O compromisso na defesa incessante pela implantação do Ministério da Economia Solidária ou de uma Secretaria Especial de Economia Solidária, tal como deliberado democraticamente na II Conferência Nacional de Economia Solidária;
- Queremos nossa identidade respeitada e que as políticas públicas venham a atender esta outra Economia que já acontece;
- Queremos um desenvolvimento para o Brasil e para o mundo de forma verdadeiramente sustentável e solidária.

Nesse sentido, entendemos que devam ser retiradas as atribuições da Economia Solidária desta proposta (PL 865/2011) de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa e

Conclamamos

- Que os movimentos sociais que reúnem povos da floresta, trabalhadoras e trabalhadores urbanas/os e rurais, mulheres, homens, jovens e especialmente o movimento da economia

solidária realizem manifestações públicas contrárias à inclusão das atribuições da Economia Solidária no PL 865/2011;

- Que mobilizem audiências públicas envolvendo parlamentares, especialmente aquelas e aqueles envolvidas/os com a análise do PL;
- Que reafirmem conosco as deliberações das conferências de economia solidária, encontros e plenárias que apontam que a política de economia solidária deve atingir um outro patamar que venha a contribuir com o fortalecimento da nossa proposta.
- O movimento de Economia Solidária tem um acúmulo de décadas e sabe para onde aponta. Cabe ao governo estabelecer o diálogo a partir dos ideais e práticas que acontecem em todo o país e em todos os ramos econômicos que contribuem na construção de um modelo de desenvolvimento territorial, sustentável, solidário e culturalmente diverso.
- Diante do exposto, afirmamos que não recuaremos nem abriremos mão de nossos princípios e conquistas.

Coletivo de Formadores/as de Fluxos e Cirandas da Região Norte

Representantes de Fóruns e Redes de Economia Solidária

OPÇÃO 2 – alteração do nome da secretaria no PL

SÃO PAULO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

Não temos a carta ainda, mas temos informação de que o Fórum de São Paulo deliberou pela segunda opção, numa votação de 16 a 14.

UNISOL

São Bernardo do Campo, 14 de abril de 2011.

Prezados companheiros e companheiras da UNISOL Brasil e seus parceiros,

Na última reunião da diretoria executiva da UNISOL Brasil realizada em São Bernardo do Campo, no dia 17 de fevereiro, foi discutida a posição da direção frente ao ambiente institucional que a Economia Solidária deve ter no governo federal, a fim de apoiar nossas mobilizações e articulações políticas nacionalmente.

Nos últimos anos a UNISOL Brasil tem debatido as políticas de Economia Solidária em território nacional e sua estruturação no governo federal. Nessa última reunião, devido a existência de um novo governo e a possibilidade de ampliarmos as políticas à economia solidária, foi feita uma discussão crítica em relação as atuais políticas públicas de Economia Solidária, assim como suas limitações:

- 1) Políticas de acesso a crédito aos empreendimentos de Economia Solidária;
- 2) Apoio à formulação de legislações que estimulem, apoiem e fomentem as cooperativas e associações;
- 3) Políticas públicas operantes de acesso a mercados às cooperativas e associações;
- 4) Preferências de compras públicas para as cooperativas e associações;
- 5) Política pública estruturada de apoio e fomento ao cooperativismo e associativismo urbano;

Discutiu-se as inúmeras conquistas da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em que as cooperativas, uma das principais formas organizacionais dos empreendimentos coletivos autogestionários filiados a UNISOL Brasil, que não participam dos incentivos da lei, acabam por verem incidir maior carga tributária, burocracia operacional e dificuldades de contratações com o poder público e acesso a crédito.

Outro debate foi em relação as conquistas da Agricultura Familiar dentro do PRONAF e suas variantes de apoio ao pequeno agricultor e suas cooperativas e associações. Nesse campo podemos ainda avançar, e, para isso ouvimos a cada dia a opinião dos produtores e suas cooperativas no intuito de fortalecer o que já foi alcançado e ampliar nossas conquistas diante da Economia Solidária.

Somando-se as conquistas das micro e pequenas empresas, que poderíamos ver conciliadas com as demandas dos empreendimentos econômicos solidários e as dificuldades das políticas estruturantes da Economia Solidária nos últimos anos, defendemos que seja criado o Ministério da Economia

Solidária, podendo, em um primeiro passo, conciliar com a criação do ministério da Micro e Pequena Empresa. Isso, tendo em vista um processo de conquista e ideal de construção de um futuro Ministério da Economia Solidária. Importante defendermos que haja no nome desse Ministério, ou Secretaria Especial, o termo ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Nesse ministério podemos compartilhar nossas pautas, o que se conquistou na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e o que temos de melhor na construção de uma nova economia e de uma nova sociedade: nos conceitos da Economia Solidária centrado na valorização do ser humano, do meio ambiente e das comunidades carentes urbanas e rurais, não deixando de lado o motivo pelo qual milhões de brasileiros ingressam em um empreendimento coletivo autogestionário, que é a GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.

Importante destacar que a Economia Solidária necessita de políticas em diversos segmentos: social, ambiental, agricultura familiar, educação entre outros. A criação do novo ministério não suprime boa parte de conquistas realizadas pelas demais áreas, passando a dialogar com um viés mais econômico necessário à efetividade de nossos empreendimentos.

Abraços Solidários,
Diretoria Executiva
UNISOL Brasil